AVENÇA

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Rua Luís de Camões, 47 — 2795 LINDA-A-VELHA
Telef. 419 81 05 / 30

N.º 6 / FEV. MAR. ABR. 86 / ANO 2
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

A25A o referencial

Apraz-nos registar alguns acontecimentos que, muito nos honrando, consideramos resultado directo da acção que vimos desenvolvendo e do espaço que, legitimamente a A25A vem ocupando:

- **Convite do Presidente da Assembleia da República a todos os membros da Direcção da A25A, para as cerimónias comemorativas do XII Aniversário do 25 de Abril.**
- **Convite do Presidente da Assembleia da República, ao Presidente da Direcção do A25A, para a cerimónia de cumprimentos ao Presidente da República Federativa do Brasil, Dr. José Sarney.**
- **Saudação pública do Governo Regional da Madeira**
  «à A25A, em representação dos militares que, no dia 25 de Abril de 1974, tornaram possível a normalidade constitucional democrática de 1976, bem como a Autonomia Política da Madeira».
- **Concessão à A25A da Medalha de Ouro do Câmara Municipal de Setúbal (ao Mérito, Paz e Liberdade), por decisão unânime dos seus vereadores.**

(Continua na 2.ª pág.)

Doze Anos Depois

Mensagem dirigido pelo A25A ao Povo Português, no passagem do XII Aniversário do 25 de Abril.

Sucederam-se velozes os 12 anos que transformaram a sociedade portuguesa depois da Revolução de Abril.

Todos eles, na sua marcha, nos seus avanços e recuos, deixaram marcas, ergueram marcos. São ramos gerados do tronco-raiz que o 25 de Abril plantou, fecundado pela vontade dum povo que não se rendera e que teve expressão na generosa e lúcida determinação dum punhado de militares que, finalmente, entenderam e encontraram resposta para a sua mais genuína missão — SERVIR O SEU POVO.

Em 12 anos, doze vezes os portugueses têm feito deste dia uma festa. E nós, militares de Abril, dela temos feito uma jornada de reencontros. De reencontros entre nós, mas de reencontros também de todos nós com o ideal que nos juntou e animou.

Por isso queremos, ano após ano, contribuir para tornar estas festas dignas da festa maior que invocamos.

A marcha do Portugal de Abril viu já abrirem-se e encerrarem-se vários ciclos.

Fechou-se primeiro, breve, o «ciclo da revolução». Inconclusivo até porque, pela sua própria natureza, nunca nenhuma revolução está concluída. Mas fechou-se com os militares, fiéis aos seus compromissos, dando a palavra ao povo e assegurando a tomada de poderes pelos seus representantes, saídos das eleições mais livres que alguma vez se haviam realizado em Portugal.

Cumpriu-se o «ciclo da transição», em que a dinâmica revolucionária, assumida pela própria Constituição de 1976, terá tido expressão excessiva para uns, enquanto para outros foi demasiado tímida. Também este se encerrou, com os militares a respeitarem a palavra dada, aceitando escrupulosamente a transferência dos seus poderes legítimos, com a dignidade que em contrapartida terá faltado aos políticos que formalizaram essa transferência.

Há quem pretenda que se concluiu agora o ciclo do presidente da República militar. Com mais rigor se deveria referir o ciclo em que militares foram presidentes da República. Mas o próprio conceito contém equívocos que não são inocentes. Não pode deixar de ferir a sensibilidade democrática, que se confundam numa mesma série, os militares que presidiram aos 48 anos de ditadura e os militares que presidiram aos 12 anos de liberdade. Insulta a legitimidade constitucional que se agrupem, seja sob que título for, os militares que, antes do 25 de Abril, fraudulentamente chegaram a presidentes contra a vontade dos cidadãos e o militar que foi eleito e reeleito, pela vontade maioritária do seu povo, livremente expressa.

Se algum outro ciclo, agora se fechou, ele foi apenas o dos militares de Abril que, na Presidência da República, asseguraram a consolidação da democracia. É que no final dos mandatos, na transparência de exemplar participação cívica que o nosso povo só conheceu depois do 25 de Abril, em normalidade, transferiram os seus poderes.

Podemos e possivelmente devemos, nós militares de Abril, sentir-nos insatisfeitos e

(Continua na pág. 17)

A A25A PRECISA DE CRESCER. OBTENHA A ADESÃO DE NOVOS ASSOCIADOS

SUMÁRIO

A A25A. O referencial 1
Doze anos depois 1
A. G. Ordinária 3
Novos Corpos Gerentes 3
Contas do Exercício 4
Delegações 5-8
Comemorações do XII Aniversário do 25 Abril 9-14
Página do Jovem 15
Organização pro-sede 16
1.º Aniversário do Boletim 17
Campanha de fundos 18

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril

DIRECÇÃO:
Antero Anibal Ribeiro da Silva

COMISSÃO DO BOLETIM:
Aniceto Henrique Afonso
José António Mota Teixeira de Aguilar
José Rodrigues Andrade
José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes
Francisco Manuel da Silva Coelho de Mascarenhas
José Manuel Krusse Fanha Vicente
Rui Manuel Palm das Neves

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
Tipografia-Escola da ADFA
R. Artilharia 1 Telef. 65 35 93
Lisboa

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
4700 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 Abril
R. Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DELEGAÇÃO DO NORTE
Apartado 678
4012 PORTO

DELEGAÇÃO DO CENTRO
Apartado 3041
3000 COIMBRA

NÚCLEO DO ALENTEJO
Rua Bernardo Santareno, n.º 2
Bairro das Nogueiras

7000 ÉVORA

A25A
o referencial

(Continuação da 1.ª pág.)

- Concessão à A25A da Medalha de Mérito Municipal do Concelho de Cascais, por decisão unânime dos seus vereadores.

- Convite de cerca de 200 entidades diversas (autarquias, comissões populares, empresas, comissões de trabalhadores, colectividades, etc.) para o participação da A25A em actos comemorativos do 12.º aniversário do 25 de Abril.

Estas iniciativas, que não são inéditas pois continuam outras já anteriormente verificadas, de que destacamos igual atitude do Governo Regional da Madeira, quando da passagem do XI Aniversário do 25 de Abril, e a concessão à A25A da Medalha de Mérito Municipal do concelho de Sines, por decisão unânime da Câmara e da Assembleia Municipal de Sines, são bem o reflexo de que a A25A se vem impondo na sociedade portuguesa, como uma entidade idónea e respeitada.

Desde sempre, a A25A se negou a fechar-se em si mesma e se declarou desejosa de constituir um espaço aberto, onde os problemas dos portugueses se confrontem sem reservas. Isso mesmo teve oportunidade de afirmar, na mensagem que, no âmbito dos comemorações do XII aniversário do 25 Abril, difundiu nos muitos lugares para que foi convidado a estar presente. Comemorações que assumiram, este ano, um carácter de unidade e consenso, onde estiveram as diversos forças que, cabendo em Abril, se assumem como tal. Situação de consenso que nos é particularmente grato, pois tem sido essa a nossa permanente posição. Mais uma vez, aliás, nos podemos orgulhar de termos contribuído significativamente para o limar de arestas entre as várias sensibilidades que cabem no amplo espaço de Abril, conseguindo que o essencial se tivesse sobreposto ao acessório e, em nome de Abril, fosse passivel esquecer, ainda que momentâneamente, aquilo que divide essas mesmos sensibilidades. O que permite abrir espaços de diálogo e demonstra ser possível continuar o cumprir Abril.

É esse, aliás, um dos grandes objectivos da nossa A25A e, portanto, uma das nossas permanentes preocupações e até, quase, justificação e razão de existir.

Conscientes de que o processo revolucionário, que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, abriu brechas e provocou feridas; conscientes de que Abril assumiu para muitos, aspectos limitativos — muitos vezes porque alguns pretendem ser os únicos detentores de Abril, mas, muitas vezes também, porque outros receiam assumir-se claramente como de Abril; conscientes da enorme luto que continua a ter que travar-se com os inimigos de Abril que, procurando destruí-lo, não ousam atacá-lo abertamente — e veja-se que não existe força significativa no País que se não reclame de Abril; consciente, ainda, de que não é fácil demonstrar que a razão está com Abril e que os males de que sofremos não se lhe devem, mas sim ao mau uso que dele fizeram — sendo fundamental a consciencialização da juventude, para este problema; temos vindo a procurar transformar a Associação 25 de Abril num espaço onde Abril se pratique, «num polo aglutinador do unidade, onde possam confluir diferentes sectores políticos e sociais, diversos extractos profissionais, variados grupos etários, múltiplas manifestações culturais». Sempre «com independência de espírita, com autenticidade criativa, com irreverência crítica, com tolerância democrática.»

Nunca nos considerámos os únicos detentores do espírito e dos valores de Abril. Assumimo-nos, no entanto, em permanência e com muito orgulho, como de ABRIL, como defensores, praticantes e detentores desses valores. Daí que, não nos considerando únicos responsáveis pelo consenso e pela unidade verificados à volta dos princípios fundamentais de Abril, nos orgulhamos de contribuir significativamente para que isso seja possível. Com isso estamos atingindo os nossos objectivos estatutários e estamos fazendo com que a A25A se imponha, gradualmente e cada vez mais, como um referencial obrigatório do Portugal democrático.

Tal situação, se nos deixa satisfeitos e orgulhosos, não nos poderá fazer descansar. Com efeito, tere-

(Continua na pág. seguinte)

Assembleia Geral Ordinária

Em 23 de Março de 1986 reuniu o Assembleia Geral Ordinário da A25A, no Salão do Voz do Operário, em Lisboa.

No cumprimento do ordem do dia previamente estabelecido e publicamente difundido, foi ratificado a admissão de 35 novos sócios efectivos e 146 novos apoiantes, foi aprovado o Relatório e contas do Direcção e o competente parecer do Conselho Fiscal e foram eleitos os novos corpos gerentes.

A Assembleia Geral tomou conhecimento detalhado, através do presidente do Direcção, dos problemas que levaram ao abandono dos suas instalações sociais no Forte do Bom Sucesso e à sua actual instalação em Linda-a-Velha.

Tomou ainda conhecimento das medidas em curso para solução definitivo do problema do sede, aprovando o acção que a Direcção vem desenvolvendo.

Nesse sentido, o Assembleia Geral, decidiu proceder ao lançamento dumo campanha de recolha de fundos pró-sedes, dado que todos os contactos até hoje efectuados com as diferentes entidades oficiais apenas têm resultado em promessas de intenções, não abrindo perspectivos de uma resolução digna e definitivo por essa via.

Foi também dado conhecimento, pelo presidente da Direcção, do programa de actividades previstos para comemoração do 12.º aniversário do 25 de Abril, tendo o AG aprovado esse programa e decidido apelar às diversos entidades — autarquias, colectividades, comissões populares, etc. — para o organização das mais variadas iniciativas, em comemoração dessa data. Ciente de que essas jornadas serão dignas do data que se comemora, o AG decidiu apelar à participação alargada nas mesmas, nomeadamente por parte dos sócios, apoiantes e amigos do A25A.

A Assembleia Geral decidiu, também, apelar a todos os sócios e apoiantes, o uma participação efectiva na vida da A25A, a fim de que esta possa, de uma forma mais dinâmica, atingir os seus objectivos estatutários.

O presidente da Mesa do AG deu conhecimento das diligências que efectuara para dar cumprimento às deliberações das AG de 23 de Março e 5 de Julho de 1985, que o mandataram para entregar pessoalmente, ao seu associado Ten.-Coronel Otelo Saraiva de Carvalho, uma moção de solidariedade. Assim, foi o AG informado de que, apesar dos diligências efectuadas junto do Chefe do Estado Maior General dos Forças Armadas, essa visita foi inviabilizado e nem sequer a A25A mereceu o atenção duma resposta aos ofícios que endereçou à entidade citada.

Pelo presidente do AG do A25A foi marcado para o dia 8 de Abril, pelas 21H30, na sede da A25A, Rua Luís de Camões, 47 em Linda-a-Velha, a cerimónia de posse dos novos corpos gerentes.

Novos Corpos Gerentes

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente
VICTOR MANUEL TRIGUEIROS CREPSO

Vice-Presidente
DUARTE NUNO ATAÍDE SARAIVA MARQUES PINTO SOARES

Primeiro Secretário
NUNO ÁLVARO SANTOS SILVA

Segundo Secretário
CREMILDO LOBATO POSSANTE

Substitutos
JOSÉ BARATA OLIVENÇA
JOAQUIM JOSÉ FILIPE VENTURA

DIRECÇÃO

Presidente
VASCO CORREIA LOURENÇO

Vice-Presidente
JOSÉ MANUEL DA COSTA NEVES

Secretário
JOÃO PEDRO GARRIDO BORGES

Tesoureiro
JOSÉ LUÍS DE NÁPOLES GUERRA

Vogais
ANTERO ANÍBAL RIBEIRO DA SILVA
ANTÓNIO JOAQUIM FLAUSINO RAIMUNDO
JOSÉ MANUEL FERREIRA DE GOUVEIA
MANUEL ANTÓNIO GERALDES
FERNANDO ANTÓNIO DA FONSECA CASIMIRO

CONSELHO FISCAL

Presidente
JOÃO PIZARRO RANGEL DE LIMA

Primeiro Secretário
JOSÉ MARIA MOREIRA DE AZEVEDO

Segundo Secretário
JOSÉ ALBERTO NUNES DA CRUZ

DELEGAÇÕES

Presidente da Delegação Norte
ROLANDO CARVALHO TOMAZ FERREIRA

Presidente da Comissão Instaladora da Delegação Centro
MANUEL HENRIQUE LESTRO HENQUES.

A25A - o referencial

(Continuação da pág. anterior)

mos que ter permanentemente presente que seremos incómodos para os que da Liberdade, da Democracia e da Justiça Social apenas têm uma visão limitada, que muitas vezes não vai além do próprio ego. Por isso mesmo, os obstáculos à nossa livre acção, os ataques mais abertos ou camuflados, são uma constante no nosso dia a dia.

Quer em conjunto, quer individualmente, sabemos bem por experiência própria que não é fácil o assumir de responsabilidade na defeso de Abril, havendo muitos que vêm sofrendo na carne perseguições iníquas e inaceitáveis no campo profissional, quando o suo acção como militar de Abril deveria, pelo contrário, ser considerado como altamente prestigiante da sua carreira profissional.

É uma situação que, acredita-

(Continua na pág. 12)

Contas do Exercício referidas a 31-12-85

BALANÇO

ACTIVO

DISPONIBILIDADES		
Caixa	21.316$50	
Depósitos a Ordem	85.024$90	106.341$40
CREDITOS A CURTO PRAZO		
Sector Público Estatal	13.601$50	
Sócio c/ Quotas	2.463.500$00	
PROVISÃO	492.700$00	1.970.800$00
Delegação do Norte	205.087$00	
Delegação do Centro	42.972$10	
Núcleo de Evora	20.000$00	
Devedores Diversos	12.100$00	2.268.560$60
EXISTENCIAS		
Bar	20.000$00	
Emblemas	155.940$00	
Medalhas e Moedas	1.059.110$00	
Estatutos	92.865$00	
Artigos Diversos	1.380.479$00	
Embalagens Comerciais Retornáveis	43.104$00	2.755.498$00
IMOBILIZAÇÕES		
Imobilizações Corpóreas	256.306$00	
Amortizações e Reintegrações Acumuladas	40.885$00	215.421$00
TOTAL DO ACTIVO		5.345.821$00

PASSIVO

EXEGIVEL A CURTO PRAZO		
Sector Público Estatal		32.120$00
Total Passivo		32.120$00
SITUAÇÃO LIQUIDA		
FUNDO SOCIAL		
Jóias-Sócios Efectivos	2.006.500$00	
Jóias-Apoiantes	605.050$00	2.615.550$00
FUNDOS PRÓ-SEDE	5.000$00	
Resultados Transitados 1983	439.674$20	
1984	1.786.596$10	2.226.270$30
		4.486.820$30
RESULTADOS APURADOS NO EXERCICIO		
Resultados Liquidos		466.880$70
TOTAL DA SITUAÇÃO LIQUIDA		5.313.701$00
TOTAL DO PASSIVO + SITUAÇÃO LIQUIDA		5.345.821$00

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

Custos das Existências Vendidas		
Bar	313.778$50	
Emblemas	33.570$00	
Medalhas e Moedas	482.040$00	
Autocolantes, Cartazes e Estatutos	6.000$00	
Artigos Diversos	750.171$00	1.585.559$50
Despesas com Actividades Culturais, Recreativas e Desportivas		3.367.355$50
Fornecimentos e Serviços de Terceiros		2.575.751$00
Impostos		640$00
Despesas com o Pessoal		1.399.064$00
Outras Despesas e Encargos		1.690$00
Amortizações e Reintegrações do Exercício		25.630$00
Provisões do Exercício		310.700$00
		9.266.390$00
Perdas Extraordinárias do Exercício		356.540$00
Resultados liquidos		466.880$00
		10.089.811$10

Vendas		
Bar	379.734$00	
Emblemas	46.765$00	
Medalhas e Moedas	701.170$00	
Autocolantes, Cartazes e Estatutos	7.865$00	
Artigos Diversos	986.307$50	2.123.841$50
Receitas de Actividades Culturais, Recreativas e Desportivas		1.502.086$50
Receitas de Aplicação Financeira		137.886$10
Outras Receitas		
Quotas de Sócios	3.660.290$00	
Contribuição de Apoiantes	1.775.068$00	
Contribuições de Entidades Diversas	767.030$00	6.202.388$00
		9.966.202$00
Ganhos Extraordinários de Exercício		123.609$00
		10.089.811$10

delegações

PONTO DA SITUAÇÃO

Dando corpo a um objectivo expresso no n.º 2 do Art.º 2.º dos Estatutos e no Art.º 1 do Regulamento Interno da nossa Associação, têm já existência formal as Delegações Norte (com sede na cidade do Porto) e Centro (com sede na cidade de Coimbra) do A25A.

Os seus fins, perfeitamente definidos no Regulamento Interno das Delegações, aprovado pela Direcção da A25A na sua sessão de 24/1/86, podem resumir-se em poucas palavras:

«MAIOR DESCENTRALIZAÇÃO PARA MAIOR IMPLANTAÇÃO DA A25A».

Gostaremos de ver no futuro, se possível, a abertura de novas Delegações, desde que a nossa capacidade assim o possibilite e as necessidades o vão justificando. Mas, para tal, e também neste caso, será necessária a iniciativa dos nossos associados e subsequente participação.

Os contactos da sede com as delegações prevê-se que passarão a ser mais constantes, pois foi também acordado em reunião da Direcção da A25A que, pelo menos uma vez por mês, as delegações estarão representadas em Reuniões desta Direcção, através dos respectivos presidentes.

Pensamos que se caminha no rumo certo. O futuro se encarregará de o dizer.

SUAS ÁREAS

CORPOS GERENTES

NORTE

Presidente — Rolando de Carvalho Tomaz Ferreira
Vice-Presidente — Rui Rolando Xavier de Castro Guimarães
— António Joaquim de Aguiar P. Cardoso
Secretário — José de Jesus Silva
Tesoureiro — Sérgio Humberto Martins dos Santos
Rel.-Públicas — Mário Alfredo Brandão A. dos Santos
Dinamização de Sócios — Daniel José de Sousa Ferreira
— António Mário Ribeiro Pinto
Dinamização de Apoiantes — João Carlos Mota Correia Ambrósio
— Gastão Alexandre Pessoa Guerreiro
Dinamização da Sede — Duarte Veríssimo Pires Torrão

CENTRO

COMISSÃO INSTALADORA:
— Manuel Henrique Lestro Henriques — **Presidente**
— Augusto José Monteiro Valente
— José Gonçalves Quelhas
— Paulo Afonso de São José Ramalho
— Carlos Manuel Rodrigues Vaz

ZONAS DE ACÇÃO

Foram estabelecidas as seguintes zonas de acção para as Delegações existentes:

NORTE:

Regiões abrangidas pelos Códigos Postais começados por 4 e 5.

CENTRO:

Regiões abrangidas pelos Códigos Postais começados por 3, 6 e 24.

REGULAMENTO INTERNO DAS DELEGAÇÕES

ARTIGO PRIMEIRO
(Criação)

Serão criadas Delegações da A25A nos termos do N.º 2 do Art.º 2.º dos Estatutos e do Art.º 1.º do Regulamento Interno.

ARTIGO SEGUNDO
(Zona de Acção e domicílio)

A zona de acção e domicílio de cada Delegação será fixada por deliberação da Direcção da A25A, devendo também ficar e constar da respectiva acte, a data da sua criação.

ARTIGO TERCEIRO
(Núcleos)

Nos casos não justificativos da criação das Delegações, poderá a Direcção da A25A, criar núcleos, sempre que o considere vantajoso, dependentes directamente da Seda ou das Delegações.

ARTIGO QUARTO
(Fins)

As Delagações têm por fins:

1. Procurar fomentar a participação dos associados da A25A das respactivas zonas de acção, em todas as actividadas da Associação;

1. A representação da A25A na sua zona de acção, sempre que delegada pela Direcção da Associação;

3. A realização de actividades dentro da sua zona de acção, que caibam no âmbito dos Estatutos da A25A, quer por sua própria iniciativa, quer por delegação da Direcção da A25A.

4. O aprofundamento da implantação da A25A na sua zona de acção, nomeadamente através da recolha de propostas de novos associados (sócios e apoiantes).

ARTIGO QUINTO
(Obrigações)

As Delegações têm como obrigações:

1. Manter uma relação frequente de contactos e informação entre os associados da sua zona de acção;

2. Manter uma relação frequente de contacto, colaboração e informação com a Direcção da A25A;

3. A gestão financeira dos fundos postos à sua disposição, nos termos adiante especificados;

4. A Administração do Património da A25A, à sua responsabilidade;

5. A eleição dos seus próprios Corpos Gerentes.

ARTIGO SEXTO
(Órgãos Sociais)

São Órgãos Sociais das Delegações:

1. A Assembleia Regional

2. A Direcção da Delegação.

ARTIGO SÉTIMO
(Corpos Gerentes das Delegações)

São os seguintes os Corpos Gerentes das Delegações:

1. Mesa da Assembleia Regional;

2. Direcção da Delegação.

ARTIGO OITAVO
(Constituição da Assembleia Regional)

A Assembleia Regional é constituída pela totalidade dos sócios efectivos da A25A residentes na zona de acção da Delegação.

ARTIGO NONO
(Constituição da Mesa da Assembleia Regional)

A mesa da Assembleia Regional é eleita por sufrágio directo, secreto e universal, pela Assembleia Regional, e tem a seguinte constituição mínima obrigatória:

1 Presidente
2. Vice-Presidente
3. Secretário

ARTIGO DÉCIMO
(Constituição da Direcção da Delegação)

A Direcção da Delegação é eleita em lista conjunte com a Mesa da Assembleia Regional, tendo em atenção na parte que lhe diz respeito o N. 3 do Art.º 25.º do Cap. VII do Regulamento Interno da A25A, e tem a seguinte constituição mínima obrigatória:

1. Presidente
2. Vice-Presidente
3. Secretário
4. Tesoureiro
5. Vogal.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO
(Competência da Assembleia Regional)

Compete à Assembleia Regional:

1. Elager até ao último dia do mês de Janeiro, em cada ano civil, os Corpos Gerentes da Delegação, tendo em atenção o N.º 3 do Art.º 25.º do Cap. VII do Regulamento Interno da A25A.

2. A aprovação em cada ano do Relatório da Direcção da Delegação e posterior envio da cópia do mesmo à Direcção da A25A para sancionamento;

3. A discussão e aprovação das propostas apresentadas, referentes a pontos inscritos na agenda da reunião a decorrer.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO
(Competência da Mesa da Assembleia Regional)

Compete à Mesa da Assembleia Regional:

1. Convocar as reuniões da Assembleia Regional;

2. Dirigir os trabalhos das reuniões;

3. Mandar fazer a chamada nas votações nominais;

4. Autenticar as actas com a sua assinatura depois de aprovadas pela Assembleia Regional e enviar cópias das mesmas à Direcção da A25A para sancionamento;

5. Submeter os pontos de agenda à discussão e pô-los à votação, finda aquela;

6. Informar a Assembleia e ditar para a acta os resultados das deliberações da Assembleia;

7. Exercer, através do seu Presidente, voto de qualidade no caso de empate.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO
(Sessões da Assembleia Regional)

A Assembleia Regional poderá reunir-se em sessões ordinárias e extraordinárias.

1. Reune-se em sessão ordinária:

   a) Até ao último dia do mês de Janeiro, em cada ano civil, para a aprovação do Relatório e Contas da Direcção da Delegação e eleição dos Corpos Gerentes;

b) Quando a Direcção da A25A o solicitar;

c) Quando a Direcção da Delegação o solicitar;

d) Quando o Presidente da Mesa o julgar conveniente.

2. Reune-se em Sessão Extraordinária:

a) A requerimento escrito, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Regional por, no mínimo um décimo dos sócios efectivos da zona de acção da Delegação, sendo obrigatória a presença de, pelo menos, 90% dos sócios convocantes;

b) Quando a Assembleia Regional assim o deliberar.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Convocação da Assembleia Regional)

1. As reuniões da Assembleia Regional serão convocadas com a seguinte antecedência mínima;

a) Para a Assembleia Geral referida em 1.a. do Art.º 13.º, com 15 dias;

b) Para as restantes, com uma semana;

2. A convocação é feita por convocatória pessoal e por aviso publicado num jornal de grande divulgação regional (zona de acção da Delegação).

3. Dos avisos convocatórios de Assembleia Regional constará o local, o dia e a hora da reunião e a agenda.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

(Competência da Direcção da Delegação)

A Direcção da Delegação tem as seguintes competências:

1. Promover os actos necessários a atingir os fins e cumprir as obrigações das Delegações (Art. 4.º e 5.º);

2. Dar execução às deliberações da Assembleia Regional;

3. Propôr a convocação da Assembleia Regional;

4. Criar órgãos internos necessários para melhor funcionamento da Delegação, e orientar a sua actividade;

5. Apresentar à Assembleia Regional anualmente, no fim do seu mandato, o Relatório da actividade do exercício;

6. Apoiar administrativamente a Mesa da Assembleia Regional;

7. A administração do Património da A25A, à sua responsabilidade.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

(Quem obriga a Delegação)

A Delegação considerase obrigada pela assinatura do seu Presidente da Direcção ou Vice-Presidente em sua substituição (lavrada em acta), ou ainda pela assinatura de dois ou mais dos restantes membros da Direcção da Delegação.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

(Receitas)

Poderão ser receitas da Delegação a recolha de fundos provenientes de jóias, quotas ou outras receitas, desde que autorizadas pela Direcção da A25A.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

(Despesas)

As Delegações poderão efectuar despesas para:

1. Necessidades correntes de funcionamento da Delegação ou suas iniciativas próprias dentro do Fundo de Maneio que lhe fôr estabelecido pela Direcção da A25A.

2. Contracção de encargos dentro do âmbito que lhe for expressamente delegado pela Direcção da A25A.

ARTIGO DÉCIMO NONO

(Conta Bancária privativa)

As Delegações deverão proceder à abertura de contas bancárias privativas, de acordo com as necessidades decorrentes dos fundos postos à sua disposição por deliberação da Direcção da A25A.

ARTIGO VIGÉSIMO

(Obrigações)

Para além da apresentação das contas no fim de cada mandato dos seus Corpos Gerentes, a gestão financeira envolve obrigatoriamente a prestação de contas a a apresentação de relatórios, dados e documentos à Direcção da A25A, nos termos e prazos por esta estabelecidos.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

(Disposições transitórias)

Até à realização das suas primeiras eleições as Delegações serão dirigidas por Comissões Instaladoras empossadas em acta da Direcção da A25A, exercendo nesse período, para todos os efeitos, simultâneamente as funções previstas para a Mesa da Assembleia Regional e a Direcção da Delegação.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

(Dúvidas ou omissões)

1. Os casos de dúvida ou omissões neste Regulamento Interno deverão em primeira instância ser decididos ou analisados à luz dos Estatutos e Regulamento Interno da A25A, com as limitações impostas pelas atribuições da própria Delegação;

2. No caso de persistirem dúvidas, as instâncias seguintes a recorrer serão sucessivamente a Direcção da A25A e a Assembleia Geral;

3. Em caso algum poderão as Delegações assumir atribuições que, à luz dos Estatutos e Regulamento Interno da A25A, sejam próprias dos Corpos Gerentes da Associação, a menos que tais atribuições lhes tenham sido formalmente delegadas.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

(Alterações)

As alterações ao presente Regulamento Interno serão de exclusiva competência da Direcção da A25A.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO

(Aprovação)

Este Regulamento Interno foi aprovado, em sessão plenária da Direcção da A25A, em 24/1/86.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO

(Entrada em vigor)

Este Regulamento Interno entra em vigor para cada Delegação, e partir da date em que do mesmo é feita a entrega ao Presidente da Comissão Instaladora respectiva, devendo tal facto constar simultâneamente em acta da Direcção da A25A e da Delegação.

NORTE

Desenvolveu esta Delegação neste período, as seguintes actividades:

— Em 15/3/86 realizou-se, no clube Fenianos do Porto, um torneio de bridge aberto a Sócios e Apoiantes;

— Com a participação de 114 Sócios e Apoiantes (número máximo que a embarcação comportava) realizou-se em 6 de Abril de 1986 um passeio cultural ao longo do Rio Douro, no itinerário Ribeira-Crestuma / Leça-Foz do Douro, comentado pelo Arquitecto Gomes Fernandes que destacou os elementos históricos culturais existentes ao longo do percurso;

Todas estas actividades e as que se venham a realizar, no âmbito do plano de intenções» divulgado aos Sócios e Apoiantes residentes e/ou fixados na área desta Delegação, visam o conhecimento mútuo e o estabelecimento de relações de amizade pessoal entre eles e promover o enraizamento e o desenvolvimento da A25A e do espírito de Solidariedade e Amizade do «25 Abril».

CENTRO

REUNIÃO DE SÓCIOS DA DELEGAÇÃO

1. Realizou-se em Coimbra no passado dia 1 de Março uma reunião de sócios da A25A, com a seguinte ordem de trabalhos:

   — Informação geral sobre a problemática da sede nacional e da sede da delegação Centro;

   — Informação e análise do Regulamento Interno das Delegações;

   — Organização e análise da Delegação Centro e sua articulação com os respectivos núcleos;

   — Informação sobre o programa das Comemorações do XII Aniversário do 25 de Abril promovidas pela Delegação Centro.

2. O objectivo fundamental desta reunião foi a discussão dos assuntos que, na altura, mais preocupavam a Delegação, nomeadamente a questão da Sede e o problema da sua organização e articulação com os vários núcleos, já existentes, ou a constituir, na sua zona de acção.

3. Salienta-se a decisão de descentralizar as actividades a desenvolver, dando a iniciativa aos núcleos, os quais de forma coordenada e dentro dos objectivos gerais da A25A procurarão reforçar a sua implantação através de acções locais.
   Deste modo se imprimirá maior dinamismo de actuação e se fomentará o salutar intercâmbio entre a Delegação e os núcleos, ao mesmo tempo que se aprofundará a inserção da A25A na região centro do País.

Comemorações do XII Aniversário de 25 Abril

LISBOA

Realizou-se no passado dia 26 de Abril, no Pavilhão do Sport Algés e Dafundo, o tradicional almoço comemorativo que reuniu entre sócios, apoiantes e simpatizantes da A25A, a seus familiares, 2484 pessoas.

Este número pode considerar-se bastante significativo, tendo especialmente em atenção que este ano foram promovidas pela A25A, através das suas Delegações e núcleos, idênticas iniciativas noutros locais do País.

Além do almoço propriamente dito, houve um momento da poesia a cargo de dois jovens estudantes. Um deles, Alexandre Baptista de seu nome, de doze anos de idade, tantos quantos a Revolução, foi o autor do tema do cartaz editado este ano, pela nossa Associação. O facto foi devidamente realçado e àquele jovem foi oferecida uma medalha da nossa Associação como prova do nosso reconhecimento.

Teve também lugar uma pequena intervenção a cargo do Presidente da Direcção da A25A, Vasco Lourenço, que pôs a tónica na natural contracção de despesas que presidiu às nossas Comemorações deste ano e sua relação com a colheita de fundos, cuja campanha foi já lançada, para a construção de uma nova sede social para a Associação 25 de Abril. Pôs também em relevo as várias homenagens e outras provas de consideração de que a A25A foi alvo, na passagem de mais um ano sobre a efeméride que se comemorava.

No final cantou-se em coro a «Grândola, Vila Morena», terminando o convívio com o entoar do Hino Nacional.

PORTO

No âmbito das Comemorações do XII Aniversário do 25 de Abril, apoiou a Delegação do Norte da A25A as seguintes actividades:

— Jantar de convívio, em Guimarães dos Oficiais da Região Militar Norte;

— «Corrida da Liberdade», organizada pela Comissão Promotora das comemorações populares do XII Aniversário do 25 Abril/Porto, mediante a atribuição e entrega da taça «Capitães de Abril».

— Colaboração, através do artigo «Militares de Abril» no Jornal «Sempre /Inéditos Prosa e Verso» editado pela referida Comissão;

— Comemorações na Escola Secundária de Ermesinde, com a cedência de lembranças comemorativas (medalhas e cartazes).

— Apesar de programado, não foi possível, por razões de última hora, dar execução ao convívio de sócios e apoiantes previsto para 26/4/86.

Fez-se representar:

— Nas comemorações do 25 de Abril levadas a efeito pelas Escola Secundária de Penafiel, Escola Secundária de Baltar e Junta de Freguesia de Lavra;

— Nos jantares comemorativos do 25 de ABRIL da «Casa de Pessoal» da RTP/ /PORTO e da «Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto»;

— Na inauguração da exposição de Pintura da Cooperativa «Árvore».

COIMBRA

Promovida pela Delegação Centro da A25A, decorreram na cidade de Coimbra, nos dias 19 e 20 de Abril, as comemorações do XII Aniversário do 25 de Abril.

A tarde do dia 19 foi preenchida com a realização de um colóquio sobre o tema geral «A Juventude no Portugal de Abril» com a presença do Presidente da Direcção da Associação Académica de Coimbra e de representantes das Juventudes Centrista, Social-Democrata, do PRD, Socialista e Comunista Portuguesa. Independentemente das conclusões finais sobre o tema em debate, salienta-se o reconhecimento, por parte de todos os participantes, do mérito da iniciativa pois, como foi referido, poucos são no nosso país, os que com a Juventude realmente se preocupam.

A realização deste colóquio confirmou, como foi também salientado, constituir a A25A um espaço previlegiado de discussão e análise dos problemas nacionais, onde podem confluir diferentes sectores políticos e sociais, diversos extractos profissionais, variados grupos etários e múltiplas manifestações culturais. Espaço aberto e dinâmico, polo aglutinador da unidade essencial à consolidação e aprofundamento do espírito e dos valores de Abril.

À noite, no Teatro Académico de Gil Vicente, teve lugar um Sarau Cultural com a participação dos Orfeão Académico, Tuna Académica, GEFAC e Grupo de Fados. Realça-se a expontânea colaboração e entusiástica adesão dos grupos participantes e da Direcção daquele Teatro, à iniciativa da Delegação Centro.

No prosseguimento das comemorações, e como seu ponto alto, realizou-se na manhã do dia seguinte uma Sessão Solene no Teatro Paulo Quintela, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na qual usaram da palavra o sócio Álvaro Seco,

(Continua na pág. seguinte)

(Continuação da pág. anterior)

pela Delegação Centro da A25A, o Dr. Carvalho Homem, especialista de História Institucional e Política, como orador convidado e, a encerrar a sessão, o Presidente da Direcção da A25A, Vasco Lourenço.

A encerrar o programa das comemorações teve lugar na Escola Superior Agrária de Coimbra um almoço de confraternização para sócios, apoiantes e famílias, durante o qual usaram da palavra o Dr. Avelãs Nunes e o Vice-Presidente da Direcção da A25A, Costa Neves.

Como conclusão a reter destas comemorações ficou a convicção da necessidade e importância de aproveitar o prestígio da A25A e o reconhecimento da sua legitimidade como fiel depositária do espírito e dos valores de Abril, para fomentar e participação dos vários sectores da nossa sociedade no debate dos grandes problemas concretos nacionais.

Particularmente urgente é mobilizar a juventude a encontrar por ela própria as respostas aos seus anseios e, simultâneamente, a aprofundar a democracia através da reelaboração dinâmica e contínua dos seus valores. Para tanto, é indispensável que a Associação 25 de Abril consolide a sua organização e fortaleça a sua inserção na sociedade portuguesa por forma a poder assumir no dia a dia, com autenticidade, independência e espírito crítico e inovador, o papel de defesa intransigente dos valores de Abril que com toda a legitimidade, lhe pertence.

Mas tal passa fundamentalmente pela mobilização e permanente disponibilidade de todos os associados.

ÉVORA

A A25A comemorou em ÉVORA a passagem do XII Aniversário da Revolução dos Cravos.

Estas comemorações desdobraram-se em duas partes, ambas com a presença do Presidente do Conselho Fiscal da A25A, RANGEL DE LIMA.

A primeira parte, com a colaboração do Centro Cultural daquela cidade, realizou-se no dia 24 pelas 19.30h no Teatro GARCIA DE REZENDE, com a projecção dum diaporama sobre o tema «O Apartheid», a que se seguiu uma breve alocução alusiva à efeméride pelo consócio Gil. Foi ainda proferida pelo consócio Rangel de Lima uma conferência sobra a evolução do conceito de Paz através da História.

Seguidamente, pelas 21h desse mesmo dia, realizou-se um jantar de convívio entre sócios e apoiantes da A25A, no «MONTE ALENTEJANO», para o efeito cedido pela Autarquia Local.

Ao Centro Cultural e à Câmara Municipal de Évora a A25A agradece a colaboração prestada.

ENTRONCAMENTO

Realizou-se no Entroncamento, um almoço convívio comemorativo do 12.º aniversário do 25 de Abril, que congregou cerca de 300 pessoas entre sócios e apoiantes da Associação 25 de Abril, familiares e convidados.

O almoço teve lugar no próprio dia 25 de Abril e efectuou-se nas instalações do antigo mercado do Entroncamento, cedidas para o efeito pela Câmara Municipal, cujo Presidente, convidado pela organização, fez questão de comparecer e de conviver durante algum tempo.

A organização foi iniciativa de um grupo de sócios da A25A residentes na zona, que pretende dinamizar a criação de uma delegação da Associação no Entroncamento, tendo para o efeito iniciado uma campanha de recolha de assinaturas entre os sócios da região. O convívio foi aliés organizado sob a égide da Associação 25 de Abril, cuja direcção se fez representar pelo Vogal da Direcção, Ribeiro da Silva, que, na altura própria, leu o texto da mensagem dirigida aos portugueses pela A25A.

Após o almoço, realizou-se no mesmo local uma animada sessão cultural, aberta pela organização à população em geral, em que participaram o coro da paróquia do Entroncamento, constituído por crianças da catequese, o Grupo Etnográfico e de Folclore de Abrantes e o grupo coral Fidélius de Torres Novas.

Foi uma bela jornada de confraternização, em que se viveu, por vezes comovidamente, o espírito de Abril e que animou o grupo organizador a continuar empenhado nos seus propósitos de criação da delegação da Associação 25 de Abril do Entroncamento.

VISEU

Inserido no conjunto das comemorações concelhias do XII Aniversário da «Revolução dos Cravos», realizou-se em Viseu, no passado dia 25 de Abril um jantar-convívio alusivo àquela efeméride, o qual reuniu em alegre e entusiástica confraternização cerca de 170 pessoas de diversos sectores democráticos.

O jantar-convívio deste ano, para além de ter registado uma bem mais forte adesão, com o dobro das presenças, relativamente ao do ano passado, teve a novidade de, pela primeira vez, ter contado, quer na organização quer na execução, com a participação formal e efectiva do recém-criado Núcleo de Viseu da A25A.

Aliás, poderá mesmo afirmar-se que, com a compreensão e o incondicional apoio da Comissão Organizadora do Convívio, a A25A, através do seu pequeno e nóvel núcleo, viveu momentos de indesmentível exaltação, bem patente em todas as palavras de apoio e incitamento recebidas e culminando no elevado interesse e esfusiantes aplausos com que foi sublinhada a leitura da Mensagem da nossa Associação, única intervenção existente, e que esteve a cargo do nosso consócio Gertrudes da Silva.

O carinho e espírito de adesão dos participantes à A25A ficou ainda bem testemunhado pela muita significativa venda dos artigos da Associação expostos no local e pela não menos significativa procura de informações relativas à inscrição como apoiantes.

(Continua na pág. seguinte)

(Continuação da pág. anterior)

Animados por esta primeira experiência e pela força, justeza e perenidade dos nossos objectivos, temos legítimos motivos para pensar que a Associação vai continuar a crescer e que, consequentemente, o XIII Aniversário será ainda mais afirmativo da cada vez maior adesão aos ideais que nos propusemos em 25 de Abril de 1974.

FARO

A Comissão Pró-Delegação da A25A nesta cidade, levou a efeito no dia 26/4/ /86 um almoço-convívio, tarefa em que foi coadjuvada por uma comissão alargada de democratas de várias tendências políticas.

Presidiu ao almoço o consócio Martins Guerreiro e foram para o acontecimento convidados todos os deputados do Algarve e Presidentes das Câmaras desta província. Desses convidados estiveram presentes quatro deputados e nove Presidentes das Câmaras.

No total, o número de presenças rondou as trezentas pessoas.

Usaram da palavra uma jovem, um porta-voz da comissão de democratas organizadora e o sócio Martins Guerreiro, em representação da Associação 25 de Abril.

Em colaboração com a Câmara Municipal de Faro, organizou a comissão pró-Delegação da A25A, os festejos culturais comemorativos do XII Aniversário do 25 de Abril, na cidade.

Estiveram também presentes membros da pró-Delegação representando a A25A em locais para onde aquela foi solicitada, nomeadamente em Escolas, Autarquias, Agremiações Desportivas e em almoços comemorativos organizados por entidades exteriores à Associação.

Pela forma como todas estas comemorações decorreram e seu impacto no seio da população local, pensa-se que as mesmas foram um êxito e abriram boas perspectivas à implantação da A25A neste distrito.

SESSÃO SOLENE DE COIMBRA

Intervenção do Dr. Amadeu José de Carvalho Homem

Sinto-me honrado por poder corresponder ao convite que a Associação 25 de Abril me dirigiu para usar da palavra na cerimónia em que se recomemora o 12.º Aniversário desse movimento libertador. Nas pessoas dos senhores Coronéis Vasco Lourenço e Álvaro Seco saúdo com o mais vivo reconhecimento todos aqueles que, arriscando vidas, haveres e situações, obedeceram ao imperativo solene e ao indeclinável mandato de recolocar Portugal na condição de país livre e de devolver aos Portugueses a dignidade que há quase meio século lhes tinha sido roubada. Diz-sa, com algum fundamento, que todas as revoluções são ingratas para quem as promove e que não raramente devoram os próprios autores que es tornaram possíveis. O nosso caso não constitui excepção. A partir de certo momento, tornou-se habitual imputar aos Capitães de Abril a responsabilidade do todos os tropeços, de todas as dificuldades, de todos os embaraços. Eles foram o boda expiatório da impotência direitista. Sobre eles recaiu uma envergonhada e vergonhosa cortina de silêncio e até o peso de odiantas perseguições. O grande,o abominável crime destes homens, foi o terem rompido a barreira da passividade e da subserviência e o terem devolvido à Pátria os pergaminhos, mais do que todos os outros valiosos, da sua tradição de liberdade. Honra e glória, pois, a quem soube perseverar onde outros desistiram, a quem soube lutar onde outros retiraram, a quem soube vencer onde outros capitularam.

Eis-me, pois, investido numa não pequena responsabilidade e honrado com um pesado encargo. Estou consciente da minha fraca qualificação para levar a cabo a tarefa de que me quiseram incumbir. A Associação 25 de Abril não teria de suparar dificuldades consideráveis para transferir para um intérprete mais abalizado a distinção que entenderam atribuir-me. Basta recordar duas figuras verdadeiramente emblemáticas do pensamento democrático da nossa região e do país, oradores de pretéritas sessões, como o Senhor Doutor Fernando Vale e o Senhor Professor Doutor Orlando de Carvalho, para que se conclua pela menor felicidade da presante escolha.

Difícil empresa é esta de interpretar Abril, dando-lhe corpo e voz, afeiçoando-o ao Castro do passado democrático da terra que temos e do Povo que somos, saudando-lhe, em exercício prospectivo, as virtudes cumpridas e as esperanças prometidas. Não é fácil. Mas é exaltante. Por isso aceitei o desafio. E exaltante porquê? Porque Abril, para além de evocar gestos de um punhado de vontades endómitas, nos coloca perante o espelho da nossa própria concepção de cidadania. Porque Abril nos permite penetrar não apenas nos domínios de um histórico situado e epocal, mas também nos arcanos de uma esperança toda pessoal, toda intimista, toda subjectiva.

Abril como tempo parfilado fora do tempo, porque coincidente com a diacronia dos nossos sentimentos mais nobres, Abril sem topografia, sem geografia, Abril Português por acidente, pertença de todos os homens de recta intenção, Abril aberto em flôr de Felicidade e de Justiça, eis aqui o nosso Abril eterno, pulsando uníssono com as raízes da humana condição.

E porque é este o pressuposto indispensável e legitimador de todas as revoluções democráticas, porque todas elas se fazem acompanhar de um lastro subjectivo, quase mítico, surgem, apelando para as regiões do emocional, vocábulos indicadores de um espírito de serviço e de missão: regenerar, salvar, resgatar. Encontramo-los, entre nós, nos discursos dos deputados vintistas, nos propósitos dos irmãos Passos, nas peças de propaganda de um Manuel de Arriaga e de um António José de Almeida. Regenerar o que se encontrava degenerado, salvar o que jazia moribundo, resgatar o que permanecia agrilhoado, numa palavra, dar esperança, a quem se encontrava desesperançoso de Felicidade e de Justiça.

Mas se é o entusiasmo que gera as revoluções e se é a emotividade que lhes fornece o seu primeiro contingente de apoiante, é depois a razão fria, a objectividade impassível e o pragmatismo calculista que as sustentam e mantém. Cedo se deixa divagar na contemplação abstracta. Os indicas da concretização revolucionária logo se apresentam na forma bem trivial da satisfação das necessidades quotidianas. É sempre em função disto que os povos julgam das excelências ou das capacidades dos regimes que os regem. E é através deste julgamento que ganha pleno sentido e perfeito alcance o conceito de soberania colactiva hoje adoptado em quaisquer Democracias dignas de tal nome. Porém, não basta dizer que a colectividade é soberana porque exerce direitos de sufrágio em momentos pré-determinados. Também aqui sobrelevam razões de utilidade. É que a urna eleitoral não tem que ser vista como um fetiche. Ela é condição necessária da construção da Democracia, mas pode não ser condição suficiente. É que a mais rigorosa das lógicas não vislumbra diferenças apreciáveis entre um miserável que vota e um mendigo que não sabe o que é votar. Em última análise, trata-se de averiguar se o sufrágio universal constitui ou não um poderoso instrumento de aperfeiçoamento social, um credível meio de intervenção que permita corrigir injustiças e ampliar liberdades. Sem isto ficará cerceado o seu alcance e minimizado o seu significado último. E se acreditamos vigorosamente no papel imprascindível de eleições livres e participadas para a formação da consciência democrática, não podemos aceitar que só a elas se reduza o papal do cidadão comum. Da resto, tenhamos ainda coragem de afirmar que os processos usuais de formação da vontada colectiva, tal como se

(Continua na pág. seguinte)

(Continuação da pág. anterior)

exprimem em Portugal, conferem ao indivíduo um estatuto de cidadania meramente passiva. As grandes opções nacionais forjam-se nos conciliábulos dos estados maiores partidários e difundem-se pelo eleitorado como um pronto a vestir. Depois, é só questão de escolher a cor e o modelo. Tem-se dito, e com inteira razão, que sem partidos não há democracia. Acontece, porém, que a afirmação é reversível: também sem uma democracia adulta e colectivamente assumida não haverá partidos com prestímo real.

Não temos dificuldade em entender que uma Democracia impenitentemente partidocrática encare com apreensão uma democracia rasgadamente participada. É que, tudo o que se institucionaliza, tende a instalar-se. E os cómodos da instalação supõem a tessitura gradual de uma rede de pequenos interesses e de grandes ambições, dando adequada figuração e hegemonias informais. A cidadania consciente e activa irá então avultar, aos olhos de muitos, como um fragmento de dissolvência das situações criadas.

Quem assim pensa não se apercebe que octualiza aquale terror elitista com que o pensamento liberal e neo-liberal sempre encarou a emergência popular no processo político.

Por outro lado, uma Democracia mais ampla do que aquela que se esgota na representação partidária — embora desta não possa, em nenhum caso, prescindir — implica a exigência da democratização cultural. Não falamos, certamente, de uma cultura predominante ou exclusivamente técnica, vazada nos moldes de um «saber fazer» e apoiada por critérios de eficácia, insubstituíveis, da resto, para um qualquer projecto de desenvolvimento material. Referimo-nos, mais concretamente, aos imperativos da uma cultura política e humanística, aferida pelo escalão do «saber pensar». E, num tal projecto, os próprios partidos políticos poderiam e deveriam participar, desde que a preocupação estreitamente proselítica cedesse o passo à finalidade mais nobre da formação cívica global.

Regressamos, porém, ao ponto de partida.

Celebrar Abril não pode equivaler a um simples acto de circunstância, com ressaibos necrológicos de esvaziada efeméride. Deverá, pelo contrário, corresponder ao momento do balanço e do relançamento. Ora neste relançamento os democratas não poderão eximir-se à verificação de uma culpa muito própria: e da sua desarticulação, senão mesmo a do seu dissídio. A quem aproveitou essa desarticulação? Quem ganhou com essas dissidências? Que o digam todos os que sofrem, doze anos depois de Abril, os efeitos de um governo tecnocrático — conservador.

Empederniram-se uns na rigidez dos dogmatismos ultrapassados; empenharam-se outros em espúrias alianças e singulares conluios: recolheram-se mais uns tantos à inércia desiludida e fácil. E mal nos demos conta destas clivagens, destas discordâncias, destas renitências, lam surgindo o desalento, a dúvida e a descrença. Como sempre, ao desencanto do espaço democrático correspondeu o reforço da determinação dos inimigos jurados de Abril. Não nos iludamos: os partidos da Democracia arriscam-se a uma perigosa subalternização, caso não queiram encontrar, no mais curto prazo, um espaço consensual e de convergência.

Nem tudo é, porém, incerto na hora presante. Os ideais de Abril encontram-se suficientemente radicados no viver comum e no coração dos Portugueses para que encaremos, como hipótese pouco considerável, o retrocesso a fórmulas autoritárias de política. As organizações sindicais expandiram-se e continuam vigilantes, como lhes cumpre, na defesa das garantias do trabalho; o poder local estabeleceu-se como uma das mais significativas e irreversíveis realidades do nosso país; a opinião pública continua a cultivar o gosto pelo património das liberdades fundamentais: os nomes mais significativos do nosso mundo cultural, os nossos melhores poetas, escritores, artistas e pensadores, na diversidade das suas opções e preferências, partilham sem tibiezas dos valores fundamentais que defendemos.

Como não haveremos, então, da ter esperança?

O tempo, na sua lenta e sábia paciência, trabalha em nosso favor. Foi ele quem converteu os páreas em escravos, os escravos em servos, os servos em cidadãos e os cidadãos em democratas. O que significa que negar a democracia é repudiar o futuro. E repudiar o futuro é apodrecer na amarra de um presente cinzento. Proclamam alguns que as ideologias estão mortas e que os projectos políticos se definem agora caso a caso, ao sabor de impulsos momentâneos e de concertos pontuais. Também nós, em nome da própria dialéctica histórica, pressentimos a imensa dificuldade de imobilizar em molduras estáticas os programas de acção, necessariamente polarizados em torno de preocupações mutáveis e de problemas diferenciados. O que, porém, persiste é a matriz humana, com as suas misérias e grandezas. Os magnos problemas da fome, do desemprego, da doença e da menoridade cultural não se compadecem com a questão académica de saber se as ideologias convencionais vão ou não morrer. Temos para nós que o combate pelos direitos do homem pode constituir uma condição básica de renovação das Ideologias contemporâneas. Estamos até convencidos que, tarde ou cedo, será nessa barricada que fraternização os combatentes do futuro.

Retomemos, portanto, a esperança de Abril. E não a desvirtuemos na acusação mútua e na verrina permanente. Cada vez se torna mais necessária uma unidade construída na tolerância e no diálogo. Faça-se o levantamento prévio dos problemas e das carências, tantas e tão graves, que atormentam as populações; inventariem-se umas com outras; e apresente-se finalmente à opinião pública uma proposta exequível de soluções pacificamente acordadas a lealmente compartilhadas.

Vou concluir. O tempo infamante da ditadura, cultivando as deformidades da subserviência e as inércias do quietismo, abriu entre os dirigentes e dirigidos um terrível fosso de incomunicabilidade. O poder mumificou-se numa sacralidade postiça mas eficiente. E até a expressão mínima dos direitos e garantias individuais passou a ser interpretada como uma concessão de favores de potestades augustas o intangíveis. À sombra da invocação das razões de estado, soltaram-se as rédeas a todas as violentações, a todos os nepotismos, a todas as arbitrariedades. Por isso, hoje, um dos primeiros deveres do cidadão activo é desacralizar o Estado, naturalizando o poder. Não se torna, sequer, necessário invocar os nomes dos iluministas para sustentar que a solidez do Estado Democrático resulta do contributo de todos e da cada um de nós. E isto pode expressar-se linearmente deste modo: a Pátria acolhe-se, amável e sempiterna, no santuário de nós próprios. O que equivale a dizer que não sermos dignos dela é sermos indignos de nós.

A25A — O referencial

(Continuação da 3.ª pág.)

mos, poderá ser invertida. Os sinais positivos também existem e surgem dos mais variados lados. Não acreditamos, não queremos mesmo acreditar que as atitudes laudatórias para com os militares de Abril e a A25A sejam meras tomadas de posição circunstanciais, motivadas pela passagem cíclica de aniversários do 25 de Abril e por posições oportunistas de quem as assume. Temos presente o reconhecimento generalizado dos representantes do povo português na Assembleia da República, para com os militares responsáveis pela acção libertadora nessa maravilhosa manhã de de há 12 anos. Por isso, continuamos a lutar para que não haja mais discriminação, perseguição ou violação dos direitos humanos de quem só poderá ser acusado (nunca abertamente, porque aos acusadores a coragem para tal lhes falta) o «estar implicado» no 25 de Abril».

Por isso, a nossa luta actual passa, fundamentalmente, pela conquista de uma sede nacional digna e eficiente. Esta e outras lutas, conduzidas sob os nossos princípios, através de um diálogo permanente aberto e tolerante, contribuirão, decisivamente, para a consolidação do espírito e dos valores de Abril na sociedade portuguesa.

O que, como corolário natural, transformará a Associação 25 de Abril num referencial obrigatório do Portugal democrático.

ALMOÇO DE COIMBRA

Discurso proferido pelo Dr. Avalãs Nunes

Queridos amigos

Esta é um momento de convívio bem à portuguesa, à volta do farnel. Sempre considerei complicado falar em situações destas, porque sa corre o risco de desempenhar o papel antipático da mosca que cai na sopa.

Mas como a Abril nada se recusa, entendi que não tinha o direito de dizer que não ao convite dos responsáveis da A25A para que aqui dissasse algumas palavras.

Aqui estou. Mas garanto que não farei nada que se pareça com um discurso. A hora dos discursos e das reflexões que eles vaiculam foi da parte da manhã. Outros se ocuparam dessa tarefa. Por mim, limitar-me-ei a fazer um brinde.

Começo por brindar à ampla unidade democrática que tem caracterizado as comamorações destas 12 anos da Revolução de 25 de Abril.

Depois de períodos de discussão, e até de tensão entre os democratas, a consciência do perigo iminente acabou por nos juntar de novo do mesmo lado da barricada. E a nossa é a barricada de Abril, a barricada da democracia!

Poderá não ser muito agradável verificar que só a pressão dos acontecimentos nos uniu, mas não deixa de ser reconfortante, ao mesmo tempo, a consciência de que somos capazes de nos unir quando é imprescindível fazê-lo, para derrotar os inimigos da democracia.

Os últimos actos eleitorais demonstraram por onde passa a fronteira da democracia! Quem é pela democracia e quem é contra ela! E puseram em evidência que, nas condições actuais da sociedade portuguesa, a defesa da liberdade e da democracia exige a unidade na acção de todos os democratas portugueses.

Penso que a última campanha eleitoral nos terá dado argumentos suficientes para arquivarmos de uma vez por todas, um certo discurso irracionalista que ultimamente se destacava na paisagem política da democracia portuguesa. A vida encarregou-se de nos mostrar, a preto e branco bem contrastados, que existe direita e que existe esquerda. Tradicionalmente, sempre tem sido a direita a negar a existência de direita e esquerda, porque essa é a melhor forma de sa negar enquanto direita, e é, enquanto formação social e política, portadora dos interesses das classes exploradoras, que não hesitam em recorrer às mais tenebrosas formas de ditadura sempre que consideram ameaçados os seus privilégios de classe.

Mas nós, os da esquerda, não podemos iludir-nos: a direita existe, e está fundamentalmente à espera da nossa divisão, dos nossos deslizes, da nossa distracção. Temos de estar bem atentos e vigilantes porque — bem o sabemos — «O sono da razão gera monstros»!

Creio que a experiência da vida democrática nos ensinou uma vez mais, o que já devíamos ter aprendido: que a direita não se domina fazendo concassões à direita. A chamada teoria da fera amansada fracassou mais uma vez. A direita lembrou a todos que não é uma direita de papel.

Na hora da verdade, mostrou que nem sequer o tratador conhece, por mais zeloso que este tenha sido a cuidar dela.

Mas nunca é tarde para aprender. Por isso, vale a pena repetir, para que todos possamos ouvir: a direita domina-se combatendo-a, no plano económico, no plano político, no plano Ideológico!

Este tem de ser o combate de todos os dias dos democratas portugueses. Só assim evitamos, parafraseando uma frase célebre, que a democracia portuguesa gere os seus próprios coveiros!

Durante estes anos que se seguiram a Abril, fizemos-lhe demasiadas concessões, deixámo-los crescer perigosamente.

É tempo agora de resistir! É tempo de não ceder nem mais um palmo e de iniciarmos o caminho da recuperação do terreno perdido!

E penso que, se muito temos que reconquistar, muito é ainda aquilo que vale a pena defender.

Continuam abertas as portas que Abril abriu.

Algumas porventura semi-cerradas mas abertas, de qualquer modo.

Apesar de todos os ventos contrários, continuam de pé as liberdades e direitos fundamentais dos cidadãos, as conquistas dos trabalhadores, no plano sindical, no plano social e no plano político, continua de pé o poder local democrático, continua de pé a Reforma Agrária e as Nacionalizações, continua de pé, mesmo depois da revisão de 1982, a CRP a, com ela «a decisão do povo português — proclamada pela Assembleia da República — de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia e o primado do Estado de direito democrático, tendo em vista a construção de um país, mais livre, mais justo e mais fraterno»!

A experiência destes anos de vida democrática demonstrou mais uma vez aquilo que todos os democratas já sabiam, porque esta é uma lição muito antiga: só a luta dos trabalhadores e dos democratas defende a cidadela de Abril, sujeita a um assalto permanente dos saudosistas a dos moralistas, dos antigos monopolistas a seus feitores, dos grandes interesses económicos transnacionais, da política de sucessivos governos!

Por mais que nos desgoste o muito que deixámos perdar, é francamente positivo o saldo da luta que temos travado em defesa de Abril. É preciso continuar a lutar, porque vale a pena lutar!

Creio que a vitória das forças democráticas nas últimas eleições presidenciais, criou condições particularmente favoráveis a uma aproximação de todas essas forças. Esta aproximação iniciou-se já com a série de encontros entre os vários partidos que se colocam na trincheira da defesa da democracia.

Dela resultam já algumas manifestações de acção convergente no quadro parlamentar, após a análise conjunta dos problemas e a adopção de soluções negociadas entre todos os partidos que se colocam à esquerda do governo no leque dos partidos parlamentares.

Foi positivo que tal se tenha verificado, e particularmente positivo porque esta convergência democrática se registou a respeito de uma questão tão importante como é a aprovação do OGE.

É desejável que tal se verifique de novo a respeito de medidas legislativas que o governo se propõe levar por diante, nomeadamente no domínio laboral e da reforma agrária, e no respeitante à lei da segurança interna. Penso que seria altamente pedagógico e sem dúvida estimulante para um aspecto vital da nossa vida colectiva como é o da educação, que as forças democráticas pudessem encontrar uma plataforma de entendimento acerca da Lei de Bases do Sistema Educativo que em breve irá ser discutida na Assembleia da República. É este um sector em que a democracia não pode perder a batalha com as forças da reacção e do obscurantismo.

Não faltarão oportunidadea para nos encontrarmos, todos os democratas portugueses, no debate de ideias, na discussão ideológica, na concertação da acção política.

Para que estas oportunidades não sejam desperdiçadas é necessário abandonar de uma vez por todas as préticas de apartheid político entre forças e partidos democráticos; é necessário que nos ponhamos de acordo relativamente às questões fundamentais que se levantam aos portugueses; é necessário que tenhamos um referencial comum acerca do que deve ser a democracia portuguesa; é necessário que façamos da Constituição de Abril a nossa bandeira de luta e o nosso programa de acção político.

Porque penso que é urgente começarmos a pensar em pôr de pé as condições indispensáveis à constituição de uma maioria democrática que assuma conscientemente a tarefa patriótica de governar o País, mobilizando para a gesta da reconstrução nacional todo o povo trabalhador.

A história não nos perdoará se não o fizermos.

— Estamos aqui hoje, civis e militares, homens e mulheres sem partido, militantes

(Continua na pág. seguinte)

(Continuação da pág. anterior)

dos vários partidos de quem os trabalhadores portugueses esperam uma resposta para os seus problemas, é já um passo nesse sentido.

Brindo à nossa Associação 25 de Abril e à unidade democrática que ela vem ajudando a construir.

MILITARES DE ABRIL

Artigo publicado no jornal «SEMPRE / INÉDITO PROSA E VERSO», editado pela Comissão Promotora das Comemorações do XII Aniversário do 25 de Abril / / Porto

O convite que a Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril endereçou à Associação 25 de Abril para um texto a sair nesta publicação é altamente honroso, principalmente atendendo ao seu simbolismo: talvez uma maneira de reconhecer aos militares de Abril a liberdade de expressão, uma das mais nobres manifestações do regime democrático e condição essencial para um intelectual.

E, no entanto, esta apreciação não é totalmente correcta.

Um militar é, por necessidade e imperativo da sua profissão, um homem de acção, como podamos considerar o intelectual um homem de reflexão. Mas esta dicotomia simples e aparentemente verdadeira, é enganadora e incorrecta.

Nunca uma acção — uma acção consciente — pode passar sem uma reflexão, um suporte de ideias e conceitos que a saiba balizar e dirigir.

O jovem militar, que na guerra colonial, no frenesi da sua acção de combate — muitas vezes duro e impiedoso — quando no abandono do seu cansaço físico e mental e na sua solidão, nas longas noites africanas — densas e misteriosas — reflectia.

E chegaram-lhe ecos distantes, esparsos, diluídos e abafados de outras ideias e outras reflexões, que outros Homens — num outro tipo de combate — tinham por boas.

E, lenta e dolorosamente — como todas as metamorfoses — ele mudava.

E, de súbito, como outros seres, sujeitos a transformações, ela que se liberta da carapaça que o prende e o subjuga, ganha forma e se precipita para os grandes espaços, plenos de vida e de cor.

E o 25 de Abril aconteceu.

Todos participaram.

Todos.

Todos os que pelas suas acções, ideias, palavras e escritos muitas vezes num admirável sacrifício, foram contribuindo para essa reflexão, para essa mudança.

É a altura de os militares da ABRIL prestarem homenagem a esses Homens e repor a verdade e a justeza da apreciação:

Todos participaram na acção do 25 de Abril, todos são **Militares de Abril!**

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
Delegação do Norte

A25A ESTEVE LÁ

Foi a nossa Associação convidada a fazer-se representar em inúmeras comemorações do XII Aniversário do 25 de Abril promovidas por Instituições, Autarquias, e outras Entidades Colectivas, tendo estado presente nos seguintes locais:

— Almoço de Sargentos dos 3 ramos das Forças Armadas
— Assembleia de Freguesia de Queluz
— Assembleia de Freguesia de S. João
— Associação de Deficientes das Forças Armadas
— Associação de Estudantes do ISCTE
— Associação de Pais da Escola Preparatória de Almada
— Associação de Pais da Escola Preparatória do Feijó
— Associação de Amizade Portugal - - URSS — Moita
— Câmara Municipal de Alcanena
— Câmara Municipal de Almada
— Câmara Municipal de Alpiarça
— Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos
— Câmara Municipal da Covilhã
— Câmara Municipal de Palmela
— Câmara Municipal de Santarém
— Câmara Municipal de Sesimbra
— Câmara Municipal de Sines
— Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
— Centro de Dia da U.P.P.S.S. de Lisboa
— Clube de Praças da Armada
— Clube de Sargentos da Armada
— Comissão do Aniversário do 25 de Abril na Covilhã
— Comissão de Democratas de Cascais
— Comissão de Democratas de Bragança
— Comissão de Democratas do Santo Condestável
— Comissão Dinamizadora das Comemorações em Famalicão
— Comissão de Moradores da Parede e Bairro Alentejano
— Comissão Organizadora das Comemorações da Guarda
— Comissão Organizadora das Comemorações em S. João da Madeira
— Comissão Promotora das Comemorações em Braga
— Comissão Promotora das Comemorações em Castelo Branco
— Comissão Promotora das Comemorações em Marvila
— Comissão Promotora das Comemorações em Seia
— Comissão de Reformados da Apelação
— Comissão de Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos
— Comissão de Trabalhadores da Carris
— Comissão de Trabalhadores da Centrel
— Comissão de Trabalhadores da Fundição de Oeiras
— Comissão de Trabalhadores da Mague (Alverca)
— Comissão de Trabalhadores da Mecânica Progresso
— Comissão de Trabalhadores da Petogral
— Comissão de Trabalhadores da Quimigal
— Comissão de Trabalhadores da RTP
— Comissão de Trabalhadores da TAP
— Comissão de Trabalhadores da Tepcilma
— Comissão de Trabalhadores da Tranquilidade
— Comissão Unitária das Comemorações da Junta de Freg. do Campo Grande
— Companhia de Teatro de Almada
— Cooperativa de Consumo do Cartaxo
— Democratas de Lagos
— Escola Secundária Belém-Algés
— Escola Secundária Cesário Verde
— Escola Secundária S. João de Deus
— Estaleiros Navais de Viana do Castelo
— Ginásio Atlético Clube — Baixa da Banheira
— Junta de Freguesia de Agualva-Cacém
— Junta de Freguesia da Ajuda
— Junta de Freguesia de Alcântara
— Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins
— Junta de Freguesia de Alhandra
— Junta de Freguesia da Ameixoeira
— Junta de Freguesia da Apelação
— Junta de Freguesia de Carnaxide
— Junta de Freguesia do Entroncamento
— Junta de Freguesia do Lumiar
— Junta de Freguesia de Marvila
— Junta de Freguesia de Odivelas
— Junta de Freguesia de Oeiras
— Junta de Freguesia de Pinhal Novo
— Junta de Freguesia da Pontinha
— Junta de Freguesia da Póvoa de Santo Adrião
— Junta de Freguesia de Rio de Mouro
— Junta de Freguesia de S. Sebastião (Setúbal)
— Junta de Freguesia de Santo Antão do Tojal
— Movimento Democrático das Mulheres
— M.U.R.P.I. (Alcântara)
— M.U.R.P.I. (Loures)
— SFUAP
— URAP — Cova da Piedade
— Voz do Operário

PÁGINA DO JOVEM

Falar do 25 de Abril sem ter vivido, directa ou indirectamente, os precedentes da revolução, torna-se, de certa forma, descabido de sentido.

Assim, para a juventude actual, a revolução de Abril não passa de um confuso tema para debates incompreensíveis.

Mas sendo considerada como uma revolução de esquerda, os elementos que representam a direita, nem sempre de acordo com Ela, classificaram-na de inevitável.

Então o que foi o 25 de Abril de 74?

Para uma parte dos portugueses, aqueles que tinham grandes interesses nas colónias Africanas, a descolonização (consequência directa da revolução) foi uma demonstração de falta de oportunidade e responsabilidade, entregando aos «Negros» um território que lhes pertencia naturalmente.

Parece, no entanto, que aqueles que fazem semelhantes acusações, se esquecem que na guerra que se mantinha nas colónias, morriam dezenas de jovens, filhos de mães que não compreendiam a causa dessas estúpidas mortes e que se sentiam impotentes perante um regime fascista, que só divulgava o que lhe convinha.

Em relação ao Portugal «continental», o 25 de Abril não foi somente o derrube do «Estado Novo» que já estava demasiado envelhecido.

Com a revolução de Abril, findou uma das «manobras» mais vergonhosas que o regime fascista utilizava para se livrar dos seus opositores, a censura.

Perdeu-se a conta das atrocidades feitas em nome da censura. Nas prisões abundavam condenados sem crime. Nas escolas, «marcavam-se» os jovens intitulando-os de comunistas e muitas vezes eram presos sem justificação. Nas ruas, passavam, silenciosos, homens a quem a censura impedia de falar.

Mas com o 25 de Abril tudo se modificou.

E nem hoje, nem nunca, nos poderemos esquecer da revolução de 74, que nos permitiu ser livres, ser nós próprios.

Tudo o que hoje somos e tudo o que possamos ser num futuro próximo é devido ao 25 de Abril.

No entanto há ainda muitos que querem justificar a actual destabilização a todos os níveis, com o 25 de Abril.

Mas observando cautelosamente a situação intolerável que se vivia antes de Abril de 74, poder-se-á concluir que a revolução que se fez, foi a que tinha de ser feita. E se depois existiram falhas na aplicação dos objectivos de Abril, essas lacunas são compreensíveis, até porque não há revoluções perfeitas.

Também há quem critique a situação dos militares, afirmando que não estavam devidamente preparados para assumir a chefia do país.

Mas então quem teria as condições necessárias para levar a cabo a revolução e o «comando» do país?

Talvez revolucionários formados pelas universidades, mas como se sabe isso não existe.

E passados 12 anos, falta um verdadeiro reconhecimento à Revolução de 25 de Abril de 74. E como jovens que somos, vamos dar-lhe a sua real importância.

Não nos podemos esquecer também, daqueles que «fizeram» de Abril de 74 um marco valiosíssimo da consciência portuguesa.

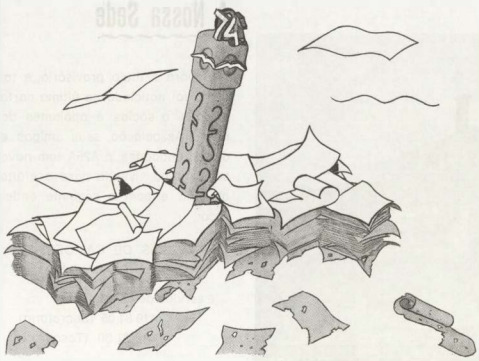
E teremos que concluir forçosamente:

— Valeu a pena! Não vamos recuar, nem permitir que nos façam recuar.

E quando, em nome de uma falsa democracia, nos quiserem toldar a evidência, gritemos:

— 25 de Abril sempre!

CARLOS GOMES
Escola Secundária de Loures
10.º ano



Desenho de Armando Silva, aluno da Esc. Secundária de Loures — 10.º ano

JOVEM

ESTA PAGINA É INAUGURADA NESTE NÚMERO E ESPEREMOS MANTÊ-LA COM A TUA PARTICIPAÇÃO.

AJUDA A CONSOLIDAR ABRIL NESTA PAGINA. PÕE A TUA IMAGINAÇÃO AO SERVIÇO DELA.

COLABORA

Organização Pró-Sede

Como é do conhecimento geral, tem vindo a funcionar uma organização pró-sede que, presidida pelo Presidente da Direcção e comportando várias comissões, visou fundamentalmente resolver o problema premente que nos foi colocado pelo despejo provocado pelo CEME. Organizada sob a pressão dos acontecimentos, procurou encontrar uma solução para as novas instalações da sede, quer através de contactos com as várias entidades, quer através da pesquisa de instalações para aluguer. Missão que, dentro das condicionantes existentes cumpriu com os resultados possíveis.

Chegados à actual situação, consumado o despejo, decidido o lançamento de uma campanha de recolha de fundos, havia que fazer a análise da situação e rever conceitos e organizações, se fosse caso disso. Em primeiro lugar, ressaltou o facto de a missão principal da actual Direcção ser a da recolha de fundos pró-sede. Daí resultou que a organização pró-sede se deixou de justificar, enquanto destinada a uma tarefa específica, sendo a sua missão absorvida pela Direcção. Para o efeito, cada um dos elementos da Direcção, além das missões normais e específicas do seu pelouro, irá constituir um ou mais grupos de trabalho, que irão desenvolver actividades no âmbito da recolha de fundos pró-sede.

Nomaadamente foram criadas as seguintes áreas de actuação:

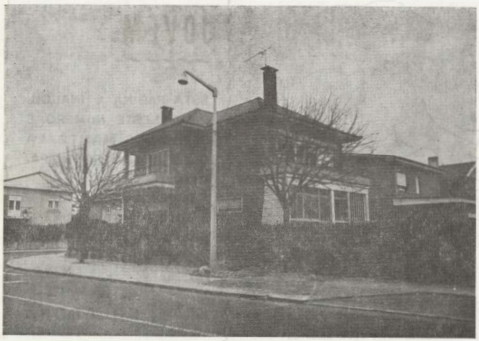
- APOIO TECNICO
- ADMINISTRATIVA
- INFORMAÇÃO PÚBLICA E PUBLICIDADE
- PESSOAL
- CULTURAL
- RECREATIVA
- DESPORTIVA
- AUTARQUIAS
- EMPRESAS
- SINDICATOS E COMISSÕES DE TRABALHADORES
- ENTIDADES, INDIVIDUALIDADES, PESSOAS SINGULARES
- EMIGRAÇÃO

Tarefa difícil, mas que contamos desempenhar, com sucesso. Para isso, contamos com muitos amigos a quem o nosso problema preocupa e interessa, até por que compreendem bem o que representamos na sociedade portuguesa. Mas teremos que contar, fundamentalmente, com a participação activa dos sócios e apoiantes. Participação que poderá e deverá assumir as mais variadas formas, dentro das diferentes capacidades e possibilidades de cada um:

- Envio de contribuições monetárias, dirigidas à A25A
- Indicação de entidades, organizações, firmas ou pessoas, a contactar para o efeito;
- Sugestões sobre actividades concretas, que considerem possíveis de organizar;
- Participação na organização das diversas actividades que se vierem a realizar;
- Venda de vinhetas de valores variados (250$00, 500$00, 1000$00, 5.000$00, etc);
- Angariação de novos sócios e apoiantes;
- Pagamento atempado das respectivas quotas;
- Outras.

As dificuldades existem, o optimismo também.

Teremos a nossa sede!



Vista exterior da actual sede da A25A

A Nossa Sede

Embora o título provisório, e tal como foi noticiado na última carta enviada a sócios e apoiantes do nossa Associação, seus amigos e outras entidades, o A25A tem nova sede, numa vivenda para o efeito alugado e com o seguinte endereço:

RUA LUÍS DE CAMÕES, 47
2795 LINDA-A-VELHA

É servido pelos telefones:
419 81 05 (Secretario)
419 81 30 (Tesouraria)

VISITE-A ENTRE AS 9H30 E AS 19H

DOZE ANOS DEPOIS

(Continuação da 1.ª página)

inquietos, com as condições de vida que, passados 12 anos, ainda castigam grande parte dos portugueses.

Mas podemos, e seguramente devemos, sentir-nos orgulhosos, pelo exemplo de desapego ao poder que demonstrámos. Todos estes ciclos menores, em que com mais ou menos empenhamento participámos, inscrevem-se afinal no ciclo maior que é o do 25 de Abril. Este, sempre aberto, insusceptível de ser encerrado, porque é o percurso da democracia. É a via da esperança na justiça social progressivamente ampliada, na liberdade cada vez mais participada, na riqueza melhor distribuída, nos direitos mais respeitados, nos deveres mais assumidos, na cultura mais acessível.

Sentimo-nos ainda compensados porque os reflexos do 25 de Abril romperam as nossas fronteiras e estão presentes nas dinâmicas doutros povos, com problemas porventura mais complexos que os nossos, mas cujas lutas, depois de 1974, assumiram aceleração e impulsos decisivos. O espírito de Abril repôs, na sua autenticidade, a nossa vocação de relacionamento ecuménico, provado historicamente no humanismo renascentista, que foi o traço dominante dos descobrimentos portugueses.

Tenhamos ou não consciência disso, estes 12 anos foram anos de mudança. Somos um país que já mudou.

Nesta evolução, também as gerações se vão rendendo. É hoje adulta a juventude de ontem e a juventude de agora era então infância.

As novas gerações vivem, na realidade de hoje, sem totalmente se aperceberem, a realidade de Abril. É da filosofia do conhecimento que a percepção valorativa duma realidade, depende da consciência do seu contrário. Ora os quadros de referência em que a juventude cresceu, a memória que não tem do passado recente, limitam a compreensão dos absurdos condicionamentos em que viveram as gerações anteriores. O colonialismo e a guerra, a repressão estudantil e sindical, a marginalização cívica, o obscurantismo cultural, o isolamento internacional, configuram um passado sombrio, cuja proximidade a juventude não sente e cuja invocação pouco a sensibiliza.

Para ela, os valores que estiveram na génese do 25 de Abril são dados adquiridos, cuja repetição no discurso de cada dia soa a redundância. A afirmação do 25 de Abril tem de passar por aquilo que, nele implícito, está ainda por cumprir.

Sem desprezar a pedagogia inteligente, aliciante, inovadora, dos valores adquiridos e do que significaria a sua liquidação, há que dar resposta aos anseios da juventude, compreender o seu inconformismo, alimentar a sua generosidade. Anseios que, a partir das liberdades adquiridas, se identificam com segurança no emprego e no salário, com a paz, com uma vida digna para todos. Inconformismo que saudavelmente persistirá, enquanto não se encontrarem soluções para problemas que ameaçam o futuro, relacionados com a escola, a habitação, a saúde, os transportes, a burocracia. Generosidade, que está disponível para causas como a conservação da natureza, o combate à discriminação sexual, a cultura liberta de tabus, o aproveitamento dos tempos livres, o convívio aberto e sem fronteiras.

A transformação da sociedade também passa por aí.

Orgulhamo-nos do 25 de Abril mas, parafraseando Garrett, diríamos que ele não pode ser só o que foi, nem pode cristalizar no que é, sob o risco, até de negar o que foi. Tem de se prolongar no futuro.

Apropria-se a juventude do 25 de Abril, cultive os seus valores fundamentais e que estes constituam as referências dominantes na solução dos seus problemas concretos.

É esta, hoje, a mensagem da Associação 25 de Abril.

Não pretende ser uma passagem de testemunho, nem um render da guarda.

Pretende ser apenas um olhar em frente e, compreendendo os contornos que se desenham no horizonte, ser uma afirmação de solidariedade com os que irão percorrê-lo.

E isto porque a A25A, pretendendo-se depositária fiel do espírito e dos valores de Abril, não quer fechar-se em si mesma, desejando pelo contrário ser um espaço aberto, onde estes problemas se confrontem.

Pretendemos ser um pólo aglutinador da unidade, onde possam confluir diferentes sectores políticos e sociais, diversos extractos profissionais, variados grupos etários, múltiplas manifestações culturais. Com independência de espírito, com autenticidade criativa, com irreverência crítica, com tolerância democrática.

Por isso seremos incómodos e, porque incómodos, começamos já a sofrer a ofensiva de quem se perturba com o papel que poderemos desempenhar.

A ofensiva atingiu-nos e vivemos neste momento situações difíceis. Mas às quais sobreviveremos e das quais sairemos reforçados. Com a efectiva participação dos sócios a apoiantes, com o apoio dos amigos e simpatizantes, com a compreensão dos portugueses, A A25A será um referencial obrigatório do Portugal democrático.

Serenos perante o passado, firmes no presente, confiantes no futuro. É este o estado de espírito com que comemoramos doze anos de revolução.

No ciclo que se encerra, no novo ciclo que se abre, o ciclo maior que se prolonga.

1.º Aniversário do BOLETIM

21/5/85, primeiro aniversário do nosso Boletim.

É o momento de fazer, como é tradicional em casos idênticos, um primeiro balanço.

Seis números estão publicados. Tantos quantos os programados.

Os objectivos traçados para a sua função de elo de ligação entre todos os associados da A25A, os seus simpatizantes e amigos, terão sido completamente atingidos? Temos que nos interrogar.

Não queremos ser tão optimistas que pensemos que sim, nem tão pessimistas que assumamos que pouco se conseguiu.

Como em tudo, há que assumir uma posição realista, verificando que algo ficou por fazer, mas que muito se alcançou.

Afirmamos que gostaríamos de ter feito muito mais e melhor.

Teria sido para nós desejável possuirmos outro apoio técnico e financeiro para nos abalançarmos a mais altos voos.

Necessária teria sido a participação de maior número de associados e outros colaboradores na sua elaboração. Bem como na sua crítica, sempre tão necessária.

No entanto, para que os sucessivos números fossem chegando aos seus destinos, uma ou outra vez com algum atraso em relação às datas para que apontávamos, muitas dezenas de horas gastas, algumas dificuldades foram vencidas e, porque não dizê-lo, muito de nós mesmos, com honestidade e generosidade, fica no trabalho realizado.

Pensamos que valeu a pena.

Temos a esperança que podemos fazer melhor.

Os nossos associados ir-nos-ão dar maior apoio e colaboração, pois é fundamentalmente na capacidade de realizar que a A25A se afirma.

EFEMÉRIDES (Correcção)

Por lapso, do qual apresentamos as nossas desculpas, saíram inexactas no último número as seguintes efemérides:

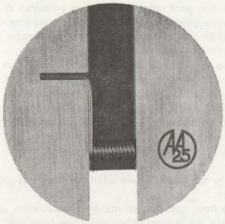
5/3/74 — Reunião do «Movimento dos Capitães», em Cascais.

16/3/74 — Levantamento das Caldas da Rainha.

Cartaz e Autocolantes

Em baixo, o aspecto gráfico do cartaz e autocolantes editados pela A25A na passagem do XII Aniversário do 25 de Abril, cujo tema foi da autoria do jovem Alexandre Baptista, de 12 anos de idade.

Medalha Comemorativa do XII Aniversário do 25 de Abril



Autor: João Duarte
Bronze 80 mm
800$00

Baile de Carnaval

Teve lugar e como última actividade na nossa anterior Sede, o Forte do Bom Sucesso, no passado dia 10 de Fevereiro, um baile de Carnaval, que serviu de pretexto para o convívio de algumas dezenas de sócios, apoiantes e amigos da nossa Associação.
Houve música ao vivo e música gravada e os presentes pularam até altas horas da madrugada.

Campanha de FUNDOS

Arrancámos com a campanha de fundos necessária para que uma futura sede definitiva possa vir a ser uma realidade.

Temos de momento, como quase certa, a cedência de um terreno. Temos de encarar a construção. Para tal necessitamos de fundos.

Façam-nos chegar as vossas contribuições através da conta bancária em nome da Associação 25 de Abril — Banco Totta & Açores — Av. 24 de Julho — conta n.ºn.º 12501220/001, ou directamente às nossas instalações provisórias na Rua Luís de Camões, n.º 47 — 2795 LINDA-A-VELHA.